

CONCLUSÕES

A ambição deste trabalho foi contribuir para compreender o papel e as dinâmicas do jornal *O Panorama* no contexto em que surgiu, tendo como foco de atenção o discurso do mesmo. Ao longo das páginas desta tese, acompanhou-se o percurso do jornal e traçaram-se os traços gerais da sua história e discurso iniciais, enquanto esteve nas mãos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

Verificou-se, em *primeiro lugar*, que *O Panorama* foi um produto simultâneo do *liberalismo* e do *romantismo*, este tributário da abertura de mentalidades trazida por aquele. Ecoam nas suas páginas, simultaneamente, a renovação estilística, temática e retórica trazida pela literatura romântica, que contaminou a oratória política e a sua correspondente expressão jornalística; e a ideologia liberal, individualista, desenvolvimentista, progressista, mas também, paradoxalmente algo nacionalista, ou, pelo menos, patriótica, resultado possível da recuperação de *temas nacionais* na literatura e nas artes plásticas trazida pelo romantismo. Em resumo, *O Panorama* foi o veículo de uma ideologia *liberal progressista e patriótica*, mas foi também, na sua intervenção *política* – que, residualmente, também a teve – mais *reformista* do que revolucionário ou disruptivo, até porque a sua adesão aos princípios do romantismo serviu para ligar, simbólica e patrioticamente, o Portugal Novo ao Portugal Antigo (em especial, ao medievo), embora nem sempre desde uma perspectiva positiva (isto é, também foram evocados acontecimentos menos dignos para o país, como os massacres de judeus). De facto, *O Panorama* exibiu os princípios filantrópicos e económicos do liberalismo clássico, sendo de destacar a crença na *liberdade*, mas estes valores foram sempre temperados, por um lado, pelos *valores católicos* profundamente entranhados na cultura portuguesa e, por outro lado, pelo patriotismo algo nacionalista e pela perspectiva de continuidade histórica do país. Um liberalismo q. b., portanto, capaz de, como fez Oliveira Marreca, apelar ao comércio livre, mas só depois de um período de protecção susceptível de permitir o desenvolvimento da indústria nacional e das infra-estruturas de transporte e educação capazes de garantir não apenas o crescimento

económico mas também a prosperidade geral do Reino e, conseqüentemente, a felicidade dos *cidadãos* (já não meros *súbditos* da Coroa). Para autores liberais como Marreca, efectivamente, a felicidade só se alcançaria por uma liberdade política que acompanhasse um notório crescimento económico e, de certa forma, um incremento do consumo.

Em *segundo lugar*, *O Panorama* foi um jornal enciclopédico, aparentemente mais caleidoscópico do que organizado, tanta a variedade de artigos e temas abordados (ver apêndice 2) – pese embora a racionalidade subjacente (1) ao privilégio às *humanidades*, que lhe deu uma *feição humanista*, (2) à categorização dos conhecimentos e (3) à uniformidade conseguida por outras vias, como a permanência do design, a coerência de conteúdos e o constante apego aos valores liberais e católicos da “moralidade”. Ainda que, certamente, nem todos a ele tivessem acesso, o periódico devotou-se, enérgica e filantropicamente, à causa da *educação pública*, para *colmatar as deficiências e debilidades do incipiente sistema educativo*, ainda que, provavelmente, os seus colaboradores nele se tenham envolvido por *interesse*, nem que fosse pelo mero – e nunca assumido – interesse de reconhecimento pelos seus pares e de notoriedade pela elevação cultural patenteada, mas também, em alguns casos, conforme se frisou na tese, pelos proventos que poderiam tirar enquanto accionistas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Consideraram, certamente, os mentores *d’O Panorama* que somente a *elevação e o enriquecimento espirituais* – ou seja, cognitivos – dos portugueses e o desenvolvimento das infra-estruturas de transportes e comunicações e da tecnologia do vapor poderiam garantir o progresso de Portugal. Essa era, em suma, a *ideologia* do periódico, cujos promotores viam na aquisição de *conhecimentos e competências* pelos portugueses a chave para o progresso material e social de Portugal. Uma missão nobre e altruísta a que os promotores do jornal se propuseram, mas cujos resultados, já de si questionáveis, foram, possivelmente, inferiores aos sonhados pelos seus mentores, devido, principalmente, à baixa taxa de alfabetização e ao fraco poder aquisitivo da generalidade da população. O leitor de que os redactores *d’O Panorama* falam, o leitor sobre quem escrevem e para o qual escrevem, é um leitor *idealizado* como alguém presumivelmente disposto e apto a receber, passivamente, os conhecimentos e conselhos da elite intelectual filantrópica. Mais ainda, a ideia de que *O Panorama* se dirigia a todas as pessoas, de todas as bolsas, num país com 90% de analfabetos e no qual grande parte da população carecia dos bens mais básicos e vivia da agricultura de subsistência, era *pura ficção*. No entanto, servia para conferir sentido à missão que se

auto-atribuíram os promotores e redactores d'*O Panorama*, por muito que essa missão tivesse sido *nobre* e deva ser *valorizada*.

Assim sendo, pode afirmar-se, em *terceiro lugar*, que *O Panorama*, independentemente de ter contribuído para a promoção da “cultura geral” entre algumas elites, predominantemente burguesas, alfabetizadas e com suficiente poder de compra para poderem adquirir semanalmente o jornal, serviu, antes de mais, para reforçar a identidade dos seus promotores, que se veriam a si mesmos como a elite intelectual liberal portuguesa cujos deveres sociais passavam por, (mais ou menos) filantrópica e altruisticamente, generalizar os benefícios do conhecimento entre a massa de portugueses ignaros, de modo a formar verdadeiros cidadãos – isto é, gente *culta* e *instruída*, capaz de se envolver nos negócios públicos e de participar nos processos democráticos de decisão fazendo uso consciente da sua *razão ilustrada*, gente, enfim, capaz de *transformar o país*, garantindo a sua *prosperidade*.

Pode asseverar-se, em *quarto lugar*, que *O Panorama* foi, incontestavelmente, um periódico importante e pujante na sua época. Tão importante foi que entrou, pelo menos, no imaginário da intelectualidade da época, como o provam as referências literárias ao jornal. E mais do que isso, atraiu, na qualidade de colaboradores, importantes personalidades da literatura, das artes e das humanidades no Portugal de oitocentos, a começar por Alexandre Herculano.

Quinto, *O Panorama* recupera a tradição do enciclopedismo setecentista e a sua atitude, então *revolucionária*, de promoção e democratização da cultura, de formação de *cidadãos* pela generalização do *acesso ao conhecimento*, mas marca uma certa *ruptura* com a tradição iluminista setecentista ao propor-se evangelizar todas as classes sociais no que respeita à causa do conhecimento, afirmando-se, desde o início, como um “jornal popular” de estilo rasteiro. *O Panorama* é, efectivamente, um jornal enciclopédico, caleidoscópico mas racionalmente organizado e paradoxalmente algo uniforme na mensagem profunda que propõe. Apesar de não ter sido o primeiro dos periódicos enciclopédicos portugueses (ainda que a sua linha editorial tenha sido apresentada como novidade no país, deve muito aos jornais que o antecederam), foi o primeiro a ser bem-sucedido, ao popularizar-se pelo preço, pelos temas, pelas gravuras e pelo nível de língua

acessível. Outra razão para o seu sucesso foi ter congregado à sua volta um ilustre leque de colaboradores, cujo interesse – havia, certamente, como se frisou, interesse na colaboração com *O Panorama*, ainda que as colaborações parecessem *desinteressadas*, exercidas filantropicamente em nome da educação do povo – seria o de sobressaírem culturalmente entre os seus pares (o valor pago por artigo aos colaboradores, conforme se viu, era irrisório).

Tal como outros jornais enciclopédicos, *O Panorama* foi, portanto, um antepassado do jornalismo industrial de divulgação científica e humanística, que, na idade actual, encontra paralelo em inúmeras publicações, como, em Portugal, a *Super Interessante*, a *Quero Saber* ou a *National Geographic Portugal*. O jornalismo d’*O Panorama* talvez não possa considerar-se um jornalismo profissional, se entendermos o conceito de profissão à luz da actual sociologia das profissões, mas seguramente foi, pelo menos, um jornalismo de ofício ou de ocupação.

Sexto, é possível afirmar que é impossível compreender *O Panorama* sem se perceber a força do movimento de democratização do acesso ao conhecimento detonado pela Revolução Liberal de 1820.

Até 1820, o país esteve agrilhado no acesso ao conhecimento. O Antigo Regime e a Igreja Católica, de mãos dadas, procuraram impedir, às vezes por meios repressivos e violentos, o acesso às ideias e conhecimentos que ameaçassem a sua supremacia. O espírito da Ilustração foi tolerado e até incentivado por homens como o marquês de Pombal, mas só até um determinado limite (a proliferação das ideias que conduziram à Revolução Francesa, por exemplo, foi sempre reprimida) e de maneira restritiva (só as elites beneficiaram dele).

De facto, num tempo em que os países de tradição protestante investiam massivamente na instrução pública, a generalidade dos cidadãos portugueses continuou a ser privada até da educação primária. Mas a Revolução Liberal encetou um movimento de *republicanização* do regime que, apesar do interregno miguelista e da instabilidade política e militar, haveria de conduzir Portugal à “república com um rei” que caracterizava o país nos tempos finais da monarquia. Foi esse movimento que incentivou não apenas a intervenção de mais cidadãos no espaço público mas também o acesso à educação. *O Panorama* insere-se nesse movimento tardio de democratização do espírito das Luzes que se verificou em Portugal, bem expresso na expressão a que se aludiu,

escrita no n.º 105 na *Crónica Constitucional de Lisboa*: era necessário “generalizar as luzes”. *O Panorama* beneficiou da enorme – e mais democrática – vontade de conhecer evidenciada por franjas significativas da população depois, passe a metáfora, de tanto tempo de trevas.

Sétimo, pode também atestar-se que *O Panorama* contribuiu, a exemplo de outros periódicos de divulgação de conhecimentos, para dar resposta à necessidade que o regime liberal manifestava de formar cidadãos cultos como forma de sustentação do modelo político e social que estava a ser proposto à população portuguesa, assente no princípio da *soberania da nação*.

Efectivamente, se o espírito do estado-nação e a própria ideia de *nação* foram forjados no decurso da Guerra dos Trinta Anos e nas negociações para lhe por fim, podendo os episódios da Restauração da Independência, em 1640, e da reclamação de um rei natural serem lidos nesta perspectiva, não é menos certo que a ideia de *soberania da nação* só surgiu, em Portugal, com o liberalismo. O novo regime político pressupunha, como instrumento de legitimação, o consentimento e a adesão consensual dos cidadãos da nação à nova ordem social e política, moldada por uma Constituição.

Com efeito, para o constitucionalismo liberal, os cidadãos são, em tese, idealmente vistos como detendo *capital cultural* suficiente para expressarem, em consciência e liberdade, a sua vontade política. O regime liberal corresponderia, assim, em tese, à emanação dos desejos dos cidadãos nacionais cultos e ilustrados, plasmados numa Constituição. Consequentemente, o movimento de democratização cultural, que acompanhou o movimento de democratização política do país (ainda que sujeito a ditames censitários), foi vital para assegurar a sobrevivência do regime, que – recorde-se – na primeira metade do século XIX não estava ainda devidamente consolidado. Provam-no o interregno de governação miguelista, as guerrilhas miguelistas que se espalharam pelo país desde a Convenção de Évora-Monte até à Patuleia e ainda a forte manutenção de ideias absolutistas em Portugal até à sua erosão no decurso da Regeneração e da República, apesar do Integralismo Lusitano. *O Panorama*, enquanto exemplo de jornal de divulgação cultural e de popularização do conhecimento, só é inteligível nesse contexto que exigia aos cidadãos a detenção de suficiente capital cultural para poderem decidir sobre o rumo do país e a forma como desejavam serem governados.

Oitavo, embora apertado, embora não se referisse directamente à extraordinária instabilidade política e mesmo militar que Portugal atravessou ao longo das suas duas primeiras séries (1837-1844)⁹³, *O Panorama* não foi apolítico. À luz da ideologia progressista e liberal dos seus promotores, que viam na democratização da educação, no investimento em transportes e vias de comunicação e na adopção das novidades tecnológicas aplicadas, em especial, à indústria, a panaceia para superação do atraso e pobreza do país, o jornal interveio civicamente no espaço público burguês, constituído estruturalmente no espaço simbólico do *impresso*, em nome – intui-se – dos portugueses, do *colectivo nacional*. Os jornais permitiam uma intervenção cívica que alargava o espaço público ao exterior das câmaras do Parlamento e propiciavam vozes até às franjas da população que não tinham representação parlamentar, sendo não raro assumirem-se – de acordo com o exemplo d’*O Panorama* – como a *voz do povo português*, colectivamente entendido.

Em *nono lugar*, *O Panorama* foi um jornal prosélito católico. Distinguiu-se pelos valores cristãos que propagou, pelo apelo evangelizador católico que protagonizou, pelo combate ao agnosticismo e ao ateísmo. Se politicamente não se pode considerar *O Panorama* um jornal apolítico ou mesmo neutro, religiosamente também não.

Décimo, em termos jornalísticos, *O Panorama*, primeiro exemplo de um periodismo consequente de popularização da cultura em Portugal, facultou o processo de *ampliação histórica do leque de temas noticiáveis*, pois foram muitos e variados os assuntos que abordou (muito longe do que era e continuou a ser apanágio dos jornais políticos). Foi, similarmente, um agente relevante para a *abertura do jornalismo português a novos conteúdos, géneros e estilos* (o que conseguiu quer com peças em tom grave e sério com os textos leves das anedotas históricas e outras, muitas delas encerrando *lições de moral*). Alguns dos textos que nele surgem são autênticas crónicas jornalísticas; outros apontam para a ideia de reportagem, ainda que não o sejam. Assim, se o jornal satisfaz, nos conteúdos produzidos e divulgados, os propósitos dos seus promotores, também terá satisfeito os gostos, necessidades ou interesses de alguns milhares de leitores, pois só assim se compreende a tiragem que alcançou.

⁹³ Essa instabilidade, porém, reflectir-se-ia mais nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, do que nas restantes partes do país, que ainda era eminentemente rural.

Décimo primeiro, para se compreender o papel que n’*O Panorama* desempenharam alguns dos seus colaboradores – como Oliveira Marreca – pode usar-se, por aproximação, a figura do actual *comentador* ou *analista*, personagens que, nos meios jornalísticos, comentam, periodicamente, a actualidade – política, económica, desportiva ou outra. Efectivamente, vários dos colaboradores d’*O Panorama* podem equiparar-se, no que respeita ao *papel social*, a esses personagens que hoje em dia, no sistema mediático, contribuem para a discussão dos temas “quentes” da actualidade, propondo *formas interpretadas de ler o mundo* aos receptores. Eles contribuíram, à semelhança dos seus homólogos contemporâneos, para o esclarecimento de temas relevantes da actualidade oitocentista, mas ao sugerirem *molduras interpretativas* para a realidade também procuravam persuadir o público a aceitar o seu *ponto de vista*. Pelo menos, certamente *agendavam* os *enquadramentos* que davam aos assuntos na agenda pública das elites intelectuais.

Em *décimo segundo lugar*, mesmo sendo um jornal enciclopédico, promovido por filantropos e destinado a promover e generalizar a cultura e conhecimentos genéricos sobre o mundo, a linha editorial d’*O Panorama* não foi isenta de críticas entre os seus contemporâneos. Conforme se demonstrou ao longo da presente tese, nem toda a gente se revia num periódico que desejava alargar os benefícios da cultura e do conhecimento a todos os portugueses (se o conseguia ou não, é outro assunto, a que já se fez referência) e mesmo entre os seus leitores havia quem o condenasse quer por tratar de temas irrelevantes de forma superficial quer por, inversamente, incluir poucos textos leves destinados a promover conhecimentos vulgares ou, simplesmente, a entreter. De facto, é difícil agradar simultaneamente a gregos e troianos...

Décimo terceiro, não se pode olhar para *O Panorama* apenas como um periódico enciclopédico de divulgação democratizadora de conhecimentos gerais. Na realidade, conforme ficou demonstrado ao longo desta tese, também *dava notícias*, ainda que ocasionais, e envolvia-se política e civicamente, na discussão de *problemáticas da actualidade* da época, principalmente as ligadas à educação e ao desenvolvimento económico do país, tal e qual se encontra, por exemplo, nas páginas editoriais da imprensa actual, sempre em nome, intui-se, dos *interesses gerais da nação*.

Como *décima quarta* conclusão, *O Panorama* testemunha, talvez, uma certa *mudança de gosto* entre as elites – em especial, as elites burguesas – da sociedade portuguesa da época. Ou quiçá, testemunha também, enquanto produto dirigido a um segmento de público, que *as elites tinham mudado*. O dinheiro da burguesia, mais do que os pergaminhos aristocráticos da nobreza ou as prerrogativas dos religiosos, definia, de alguma forma, quem tinha poder, quem eram as novas elites. E essas novas elites tanto tinham a necessidade de obter informações que pudessem usar política, económica e socialmente, como desejavam consumir produtos que alimentassem a sua curiosidade sobre o mundo, crescente e retroactivamente estimulada pela imprensa, e em especial pela imprensa de divulgação cultural. *O Panorama* foi efectivamente concebido como um produto capaz de agradar às novas personagens que ascendiam à condição de elite e passavam a comandar os rumos do país, permitindo-lhes obterem informações concretas (ainda que avulsas), interessantes, relevantes e, até, úteis para aplicação industrial e agrícola ou uso político e social, de forma *imediata e acessível*.

A *décima quinta* conclusão é a de que *O Panorama* foi o primeiro e incipiente exemplo de um *jornalismo pré-industrial*, ou quiçá mesmo *industrial*, em Portugal, apontando caminhos aos periódicos vindouros. Conseguiu-o: (a) ao adoptar uma atitude empresarial que buscava o lucro no número de exemplares vendidos e não no alto preço do artigo, ao contrário dos jornais da sua época; (b) ao apostar numa *tipografia de ponta*, cujas prensas hidráulicas permitiam assegurar tiragens maiores e de melhor qualidade a mais baixo custo e com menos recursos humanos; (c) ao apostar na informação visual trazida pela gravura, que, ademais, proporcionava um elemento de diferenciação gráfica e identitária em relação à restante imprensa; (d) ao assegurar uma certa *uniformidade na mensagem*, conclusão algo paradoxal face ao carácter aparentemente caleidoscópico do temário, mas compreensível quando se pensa, por um lado, na *uniformidade do design*, ancorado nas gravuras e, por outro lado, na constante orientação do temário para as *humanidades*, para a *formação integral do homem*, um pouco à maneira iluminista, para a *obtenção de conhecimento*, ou ainda para a *defesa de causas* que facilmente podiam ser admitidas como sendo causas comuns dos portugueses (mesmo que na verdade não o fossem). A uniformidade na mensagem sobressai, inclusivamente, quando se pensa no *apelo constante* d'*O Panorama* aos valores liberais e, igualmente, aos católicos

(liberdade, propriedade, impostos baixos, progresso e prosperidade, empreendedorismo, ilustração-instrução geral, caridade...). Não propondo rupturas políticas, contido e manifestando uma espécie de bom senso ancorada no senso-comum, *O Panorama* pôde, assim, cair facilmente no gosto dos portugueses que o podiam ler e comprar – e, quiçá, alimentar conversas socializadoras com o que nele liam.

Finalmente, *O Panorama* é, todo ele, um *hino à liberdade*, pois aponta para a ideia de que *só o homem emancipado pelo conhecimento pode ser verdadeiramente livre*.

Investigação posterior poderá ocupar-se das restantes séries d'*O Panorama*, para assim se traçar uma história (mais) completa desta importante publicação oitocentista portuguesa e do jornalismo português; investigar as publicações impressas portuguesas de maior valor histórico segundo o modelo aqui delineado, com idêntico objectivo; e comparar o periódico com publicações semelhantes nacionais e estrangeiras que tenham surgido antes e depois dele, para identificar semelhanças, diferenças e possíveis influências de umas sobre as outras, inclusivamente no que respeita ao intercâmbio de textos e gravuras (se é que existiu, porque o fluxo de informação, nestas publicações, poderá ter tido um único sentido, do “centro” para a “periferia”).

A história do jornalismo português está longe de estar feita.